

DEP. 1500
JOAQUIM ALBERTO IRIA J.^{or}

LICENCIADO EM CIÊNCIAS HISTÓRICAS E FILOSÓ-
FICAS PELA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA



R.130806

*Do Algarve ao Brasil no
caique de pesca "Bom Sucesso"
em 1808*

*Um episódio à margem
da Guerra Peninsular
(Excerto de uma tese)*

LISBOA

1 9 3 6

EDIÇÃO E PROPRIEDADE
DO AUTOR

Ao

Ex.^{mo} Senhor

Dr. João Martins da Silva Marques

*Ilustre Professor de Paleografia e Diplomática na
Faculdade de Letras de Lisboa e Conservador do
Arquivo Nacional da Torre do Tombo.*

O. D. e C.

O seu antigo discípulo,

Joaquim Alberto Tria Júnior

Berço de Heroes, Algarve, inda não falthão
Em ti do mar illustres vencedores!

José AGOSTINHO DE MACEDO — *O Novo
Argonauta. Lisboa. 1809.*

O Algarve, em menos de oito dias, tinha expulso os franceses para além da serra do Caldeirão.

Organizada a defesa e tomadas as primeiras medidas de carácter político-militar, o Supremo Conselho de Regência, instalado em Faro, resolveu participar à Côrte portuguesa, refugiada em terras de Santa Cruz, o patriótico levantamento desta província contra o invasor.

Das praias de Olhão, antiga colmeia de audazes pescadores, onde primeiro se erguera o grito da independência, partem os mensageiros da boa nova.

¿ Quando? A história registou apenas o mês e o ano.

« Em Julho de 1808 — escreve Batista Lopes — se propuseram uns pescadores de Olhão, pequena povoação na costa do Algarve, a levar ao Rio de Janeiro a notícia da sublevação que ali tinha havido contra os franceses que então ocupavam o reino. Aprestou-se um pequeno cahique da pesca, da lotação de duas mil arrobas, pouco mais ou menos, em que foi por mestre Manuel Martins Garrôcho, por piloto Manuel de Oliveira Nobre » (1).

Era arrojada a emprêsa destes patriotas. Todavia nada lhes meteu medo: nem a pequenez do barco, nem a grande extensão a percorrer entre céu e mar... José

(1) Empreza arriscada, e atrevida de Diogo Botelho Pereira, in *O Panorama*, de 28 de Setembro de 1839, vol. III, n.º 126, pág. 312.

Agostinho de Macedo, que no seu poemeto «O Novo Argonauta» celebrou o feito, faz notar o seguinte:

«Todos conhecem o tamanho e a construção de hum Cahique, não é precisa muita prudência para se não arriscar nêles em huma viagem do Algarve para Lisboa em tempo de Inverno, e nessa embarcação se aventurou o grande Piloto Manuel de Oliveira Nobre a passar o Oceano, e a chegar ao Rio de Janeiro. Caso único na História Naval de todos os Povos» (2).

.....
 Talvez ignore o frígido Tamisa,
 E o Sena transformado em sangue e luto,
 Que o Atlântico mar banhe a pequena
 E mal sabida Olhão: he esta a Pátria
 Do novo Heróe, do vencedor dos mares
 Co' as frágeis armas d'hum batel pequeno;
 Cujas façanhas audazes deixa esquecidos
 De Americo, e Colombo o nome, e os feitos.

Como outrora os portugueses na época dos descobrimentos, os nossos pescadores ouvem primeiro solememente missa no gracioso templo de Nossa Senhora do Rosário e, só depois, se despedem para a longa viagem.

.....
 O ligeiro Baixel já corta as ondas,
 Hum longo e branco sulco atrás deixando,
 Pôs no escuro Ocidente a altiva prôa.

Confiados na *Mãe Santíssima*, — assim invocam ainda a padroeira nas trabalhosas lides do mar — e entregues à perícia de Oliveira Nobre, vão fazer aguçada e prover-se de mantimentos à ilha da Madeira. Ali induziu o nauta olhanense «um jovem piloto», a

(2) Ob. cit., pág. 5.

partilhar com êle os riscos da empresa. O môço piloto, no dizer de Agostinho de Macedo, tinha já feito a carreira da Índia e asseguraria a continuação da viagem, como era desejo de Oliveira Nobre, que ao próprio poeta confessou: «...poderia adoecer, ou morrer, e neste caso conservar a existência dos que consigo levava, que como pescadores de Olhão nunca tinham perdido de vista as costas de Portugal» (3).

E de novo o pequeno caïque se engolfa no vasto oceano, para só aportar às brasilicas terras...

«Bom Sucesso» se chamava a minúscula embarcação de mestre Garrôcho, o que era já um bom augúrio para os que nela iam cobrir-se de glória e passar à posteridade. Note-se que êsse «Jovem Piloto», de que nos fala Agostinho de Macedo, veio mais tarde impugnar em público a façanha atribuída a Oliveira Nobre, de haver dado rumo ao caïque do Funchal ao Rio. Chamava-se Francisco Domingues Machado e já tinha feito uma viagem de Lisboa a Macau; «*como praticante*», a bordo da galera «Voadora» do negociante lisbonense J. Nunes de Oliveira (4).

Não lhe coube, porém, a glória absoluta de timoneiro audacioso. Contrastando com a sua pouca idade e conhecimentos de simples «praticante» da navegação para oriente, surge-nos o piloto olhanense, homem já feito e experimentado nas cousas do mar.

Diz-nos Agostinho de Macedo, que, como êste «...não era prático na carreira do Brasil, e tinha deixado em Lisboa as suas cartas Hydrográficas, dirigia-se por huma estimativa muito incerta, sendo o seu maior cuidado observar a direcção das correntes do Oceano e dirigir o rumo do Caïque conforme estas correntes» (5).

(3) *O Novo Argonauta*, pág. 13.

(4) Notícia de mais um piloto portuguez do cahique — Bom-Sucesso que levou ao Brasil a participação da restauração do Algarve, depois da invasão franceza, in *O Panorama* de 7 de Dezembro de 1839, vol III, n.º 136, pág. 392. B. N. L.

(5) Ob. cit., págs. 15-16.

Ora quem lidava com «Cartas Hydrográficas» e observava as correntes marítimas, não estaria à mercê das indicações dum jovem piloto, que apenas contava uma viagem ao oriente.

Indubitavelmente Oliveira Nobre foi o orientador da arrojada expedição, em que colaborou Francisco Domingues Machado, mas por mero acaso.

Seja como fôr, ao cabo de algum tempo de viagem, o «Bom Sucesso» depois de violentamente batido por um grande temporal, que o ia fazendo sobrar,

Então toldado o liquido Horizonte,
De acasteladas nuvens brame o vento,
Sôa o rouco trovão lança a tormenta
Sobre hum mar outro mar, sorvem-lhe as ondas
O convulso Baixel, de novo nos ares
As encruzadas ondas o vomitão:
Em horrida peleja os Elementos
Em cada vaga a sepultura mostram.

avista finalmente as costas da América do Sul: era, porém, a Caiena francesa e não ainda o desejado porto.

Encorajados pelo grande piloto, de novo se fazem ao largo, procurando a altura de Pernambuco, onde aportaram, «vindo depois com penosa viagem ao longo de quasi tôda a costa do Brasil demandar o Rio de Janeiro» (6).

Foi só aqui, que êssepunhado de bravos ousou pedir *alviçaras ao Senhor Rei...* Oliveira Nobre falou por essa gente simples e heróica, inflamado de dupla glória e patriotismo. Era já o dia 22 de Setembro de 1808. Não havia ainda três meses que do Algarve se tinham metido ao mar... (7).

(6) *O Novo Argonauta*, pág. 16.

(7) Sousa Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa 1838. Tomo I pág. 261 B. da Ac. das C.

E do Monarcha enternecido à vista
Tão estranho espectáculo se mostra,
E o vacilante Barco as praias toca;
E desde a poppa o triunfante Nauta
Alça a voz, e annuncia a liberdade,
E da Patria o grilhão quebrado e roto.

«Todos os habitantes do Rio de Janeiro — escreve Batista Lopes — naturaes e estrangeiros, ficaram maravilhados de que em tão frágil e pequena embarcação podessem atravessar tantas mil leguas do oceano homens não só leigos nas mais triviaes regras da náutica, mas que nunca se haviam afastado cem léguas da costa de Portugal. Muitos estrangeiros, e principalmente ingleses, tiraram a planta e dimensões do barco, que conservaram com aprêço» (8).

Acolhidos festivamente pela Côrte e pela hospitaleira população carioca, são êles os heróis do dia.

A sua acção havia de perdurar na memória do povo olhanense e ficaria constituindo, no dizer de Claudio de Chaby, um «louvável estímulo à prática das acções generosas e grandes, que só podem provir da coragem, do amor da Pátria e de uma consciéncia pura» (9).

Não admira, portanto, que Oliveira Nobre tivesse sido o mais celebrado tripulante do «Bom Sucesso» e aquele que de maior esatênções foi alvo na capital fluminense (10).

Todos foram, porém, contemplados pelo régio reconhecimento de D. João VI.

Manuel Martins Garrôcho, dono e mestre da pequena embarcação, era casado com Teresa Ma-

(8) *O Panorama* de 28 de Setembro de 1839, vol. III pág. 312.

(9) *Almanach militar ou livro dos quartéis para 1858*. Pág. 215 B. N. L.

(10) Agostinho de Macedo, *Ob. cit.*, pág. 17.

(11) Ataíde Oliveira, *Monografia do Concelho de Olhão*, pág. 285 B. N. L.

chada e morava na rua de S. José (11). Recebeu as mercês de 2.º tenente da Armada e de Guarda-Mór de Saúde, ficando a sua lancha isenta de pagar dízimo do pescado, por Decreto de 27 de Dezembro de 1808 e Alvará de 19 de Dezembro de 1811 (12). Abolido este privilégio, em 1824, (Decreto de 23 de Abril) passou mestre Garrôcho a receber a pensão anual de 100\$00 réis (13).

Como não soubesse ler e o cargo de Guarda-Mór exigisse habilitações, foi-lhe concedida licença (Decreto de 9 de Setembro de 1824) para poder nomear « pessoa hábil » que por êle desempenhasse essas funções (14).

Em 1825 o velho pescador conseguia a hereditariade desta mercê para um filho do mesmo nome (15).

Vitimado pela cólera-morbus, faleceu em 28 de Julho de 1833 e jaz sepultado à porta do Senhor Jesus dos Aflitos em Olhão (16).

Segundo Baptista Lopes, o mestre do caíque foi também agraciado com o hábito da Ordem militar de Cristo (17), o que não podemos confirmar documentalmente.

E', no entanto, também essa a informação dum jornal da época, — segundo o qual mestre Garrôcho teria ficado, não com uma mas com duas lanchas livres de direitos de pesca, — (18) mais tarde corroborada por Sousa Monteiro em 1838 (19).

Afirma ainda este último autor, mas sem especificar o nome, que « o intrépido Comandante do Caíque »

(12) Arq. Nac. da T., do T. Chancelaria D. João VI, Liv. 17, f. 305; Liv. 12, f. 239; Mercês D. João VI, Liv. 11, f. 269 V.º

(13) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 41, f. 377; Mercês D. João VI, Liv. 20, f. 197 V.º

(14) Arq. Nac. da T. do T., Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 388, Liv. 7, f. 196.

(15) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, Liv. 7, f. 216.

(16) Ataíde Oliveira, Ob. cit. pág. 286.

(17) Cf. *O Panorama* vol. III pág. 312 e *Corografia do Algarve* pág. 16, B. da Ac. das C.

(18) *Telégrafo Portuguez*, 1809 n.º 38 B, N. L.

(19) *História de Portugal*, pág. 261.

recebeu o pôsto de 1.º Tenente de marinha e que D. João VI « comprou liberalmente esta embarcação para servir de monumento histórico dum tamanho e audacioso feito marítimo, e deixou tôda a tripulação satisfeita de suas liberalidades » (20).

Em 1839, Batista Lopes, que dá Garrôcho como 1.º tenente de marinha, com a tença de 200\$000 réis, escreveu a este respeito o seguinte: « O caíque esteve algum tempo conservado para memória na ilha das cobras, depois foi empregado no serviço do arsenal » (21).

Mas em 1841, já melhor informado, acrescenta que aos tripulantes do « Bom Sucesso » lhes foi oferecido « ...um iate para voltarem ao reino » e que o caíque « ...ainda hoje ali é examinado com maravilha por nacionais e estrangeiros » (22).

Em 1906 Ataíde Oliveira veio, porém, confirmar a compra da célebre embarcação, feita pelo monarca.

Diz o autor: « A um nosso amigo, que muito nos auxiliou nestes apontamentos biográficos, informou uma neta daquele valente e arrojado marítimo que sua mãe recebia ainda uma pensão; e pelo título da pensão se vê que o Caíque ficára efectivamente no Rio de Janeiro ».

E acrescenta o mesmo: « diz-se que o referido Garrôcho recebera do Príncipe Regente seis mil cruzados pelo caíque que ficára no Brasil » (23).

Quem representa hoje a família do arrojado Martins Garrôcho? Há trinta anos, ainda viviam em Olhão umas senhoras conhecidas pelas Salvadas, que dêle descendiam em linha recta. Hoje (1936) é a família do nosso infeliz e já falecido amigo Dr. Manuel Ventura, quem representa o velho lôbo do mar, do qual conserva como reliquia um lindo espadim, oferecido ao seu heróico antepassado por D. João VI.

Em Setembro de 1931, por ocasião das chamadas

(20) *História de Portugal*, pág. 281.

(21) *O Panorama*, vol. III, pág. 312.

(22) *Corografia do Algarve*, pág. 16.

(23) *Monografia do Concelho de Olhão*, pág. 285.

Festas da Vila, foi até um dos bisnetos de mestre Garrôcho, o menino António Ventura, filho do nosso presado amigo Sr. João de Jesus Ventura, quem inaugurou o monumento levantado em Olhão aos « Heróis de 1808 » (da autoria do architecto lisbonense Carlos Ramos), perfeitamente enquadrado no espírito típico das construções olhanenses.

Manuel de Oliveira Nobre que, segundo Ataíde, era casado com Clara Maria e morava na rua de S. Bartolomeu (24), foi também condecorado com o hábito da Ordem militar de Cristo, com 200\$000 réis de tença, como informa Batista Lopes (25). Documentalmente porém, nada podemos apurar de positivo a este respeito.

Agostinho de Macedo diz-nos ainda que o bravo piloto olhanense era « Cavaleiro da Ordem de Cristo » (26) e, ao próprio, ouviu o poeta a narração da viagem. Ainda como galardão régio, recebeu Oliveira Nobre a mercê de ser nomeado Capitão do pôrto de Olhão, (por carta patente dada no Rio de Janeiro a 22 de Dezembro de 1808) com o vencimento anual de 400\$000 réis (27).

O desconhecimento dêste diploma levou Ataíde a confessar que não sabia o motivo por que a este arrojado nauta tôda a gente chamava « capitão »; mas o autor encontrou nos livros do registo paroquial o seu nome com aquela patente (28).

Por esta nomeação verifica-se também que Oliveira Nobre foi 2.º Tenente da armada e não 1.º, como afirmára Batista Lopes, no citado « Panorama », o que depois veio a corrigir na sua já referida « Corografia do Algarve ».

(24) *Monografia do Concelho de Olhão*, pág. 286.

(25) Cf. *O Panorama* vol. III, pág. 312, e *Corografia do Algarve*, pág. 16.

(26) *O Novo Argonauta*, pág. III.

(27) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Livro 11, f. 281 v.º; Mercês D. João VI, Liv. 10, f. 109.

(28) Ob. cit. pág. 286.

Faleceu aquele prestante cidadão em 30 de Junho de 1850 e jaz sepultado na capelinha dos Aflitos (29).

Manuel de Oliveira Nobre, a quem o autor de « O Novo Argonauta » caracterizou admiravelmente chamando-lhe « ...homem de huma coragem desusada, de huma constância inflexível e de huma intrepidez a tôda a prova... » era tio-avô do olhanense Dr. João José de Mendonça Cortez, que foi Par do Reino e professor da Universidade de Coimbra.

Segundo o que êste olhanense deixou escrito, o temerário piloto era também avô do Dr. Estêvão de Vasconcelos, filho do Dr. Estêvão Afonso, dois outros olhanenses (30).

São ainda hoje descendentes do destemido nauta, o venerando escrivão e dramaturgo olhanense Miguel Aires de Mendonça, o Dr. Eduardo Aires de Mendonça, Conservador do Registo Civil em Olhão, e o Tenente Coronel, reformado, Estêvão Paulo Afonso, outro filho do maior benemérito que ainda houve nesta vila de pobres pescadores, o Dr. Estêvão Afonso.

De **Francisco Domingues Machado** apenas podemos informar que « El-rei D. João VI, então príncipe regente, premiou por tão ousada e patriótica acção a tripulação e oficiais do caïque e entre êles o sobredito Machado com uma tensa efectiva de 60\$000 réis, por ano, por decreto de 21 de Julho de 1809, e do que se lhe expediu portaria em 27 do dito mês e ano, referendado pelo marquês (então conde) d'Aguiar; além disto foi condecorado com o hábito da Ordem de Cristo, e teve a patente de 2.º tenente da Armada Real de que ainda recebe o soldo pelo tesouro público do Império do Brasil » (31).

Documentalmente, porém, nada podemos ver que

(29) Ataíde Oliveira, ob. cit. pág. 286.

(30) Cf. João José de Mendonça Cortez, Algarve, Ms. 9771-78. Bibl. Nac. de Lisboa (Reservados).

(31) *O Panorama*, vol. III, pág. 392.

comprove esta informação de «O Panorama» em 1839. Mas, assim mesmo, comparando as mercês de Oliveira Nobre com as de este seu colaborador e colega, salta à vista a intenção do monarca em querer distinguir o verdadeiro piloto que deu rumo ao «Bom Sucesso».

Falámos, até aqui, do mestre e dos pilotos. Ocorre perguntar agora pelo resto da tripulação do caïque, não menos corajosa.

Com razão se queixára já Ataíde, a quem não foi dado descobrir o nome da *nova nau argos*, de que os nossos historiadores foram assás avaros no registo dos nomes dos companheiros de mestre Garrôcho e Oliveira Nobre, tal como costumam fazer ao tratar duma grande batalha, em que mencionam *sempre* os generais e esquecem *sempre* os soldados (32).

E' no entanto preciso e justo que se faça também a história dos humildes filhos do Povo, que ao Povo ilustram.

Quanto ao número de tripulantes parece terem sido 17. Assim o informava, mas sem dizer os nomes em Maio de 1809, o «Telégrafo Portuguez», que erradamente recorda até a fusta de Diogo Botelho Pereira, vindo do oriente a anunciar a D. Manuel I a posse de mais uma fortaleza — Diu — nos mares da India, quando o arrojado feito se deu no reinado de D. João III.

A este respeito escreveu Batista Lopes que a viagem dos pescadores de Olhão ao Brasil era «...tanto mais para admirar, quanto sua crassa ignorância contrastava com os conhecimentos de Diogo Botelho» (33).

João Maria Batista, na sua «Corografia de Portugal» (1874) e Pinho Leal no «Portugal antigo e moderno», (1875), citam apenas Garrôcho e Nobre e limitam a companhia do «Bom Sucesso» a 5 homens. Ataíde

(32) *Monografia do Concelho de Olhão*, pág. 87.

(33) *O Panorama*, vol. III, pág. 312.

Oliveira, porém, ao fazer a sua Monografia de Olhão, aponta já mais alguns tripulantes do célebre caïque. Nós indicaremos outros e tentaremos identificar os «17 Algarvenses» a que alude o periódico contemporâneo, acima referido.

E' possível que o nosso presado amigo, o professor Dr. Diogo Rosa Machado, venha um dia, com as suas investigações genealógicas àcerca dos olhanenses de 1808, contribuir também para a sua melhor identificação e mais completa notícia biográfica, que nós apenas tentámos esboçar. Oxalá vejamos ainda publicados os interessantes trabalhos d'este ilustre investigador olhanense, que, no Pôrto, vem trabalhando em incansáveis pesquisas históricas, a-pesar da sua já avançada idade.

António Pereira, se chamou um d'esses mareantes. Dêle não nos fala Ataíde. Sabemos, todavia, que, como mercê, apenas obteve uma lancha livre de direitos de pesca, para seu filho Manuel Pereira, por Decreto de 27 de Novembro de 1808 e Alvará de 30 de Março de 1811 (34). Extinto este privilégio, em 1824, ficou António Pereira recebendo a pensão anual de 100\$000 réis (35). Ignoramos a sua descendência. E' curioso notar que estes heróicos tripulantes do «Bom Sucesso» ou pediram simplesmente uma lancha livre de dizimo ou então... a célebre quinta do Alfeite, segundo reza a tradição!

Domingos do O' Borrego, é o nome de um outro arrojado tripulante.

Ataíde chama-lhe apenas Domingos do O'; dá-o como Guardiã da Armada, mas confessa nada lhe constar documentalmente. Apurámos, no entanto, que êle obteve também uma lancha livre de direitos de pesca,

(34) Arq. Nac. da T. do T., Mercês de D. João VI, Liv. 10 f. 2976.

(35) Arq. Nac. da T. do T., Mercês de D. João VI, Liv. 20, f. 18.

por Decreto de 27 de Dezembro de 1808 e Alvará de 28 de Fevereiro de 1811 (36).

Pela extinção deste privilégio, ficou Domingos do O' recebendo igualmente a pensão anual de 100\$00 réis (37).

Além desta mercê, foi-lhe conferida ainda, em 1808, a propriedade do «Ofício de Tabelião do Público Judicial e Notas» da nova vila de Olhão, (Decreto de 19 de Novembro) do qual tomou posse em 15 de Junho de 1826 (38). E, como também não sabia ler, caso freqüente entre os homens do mar, foi dispensado, por lei, de habilitações e exame para o exercício do seu importante cargo (Decreto de 3 de Julho de 1826) (39), podendo nomear «pessoa hábil» para o exercer em seu lugar (Decreto de 27 de Setembro de 1826) (40).

Ainda em vida, Domingos do O' perdeu para sempre o direito à mercê que tão gloriosamente havia ganho.

Com efeito, em 1829, por Decreto de 18 de Março, foi-lhe anulada a propriedade do cargo de Tabelião, por ter sido «um dos que tomaram parte nos acontecimentos revolucionários que tiveram lugar no «Reino do Algarve» no ano de 1828 (41).

A luta fratricida entre liberais e miguelistas começava já a esboçar-se e o Algarve não escapou a ela. Por isso, o nosso Domingos Borrego sofreu as consequências políticas de ter pôsto a sua assinatura de cruz numa acta camarária, que desconhecemos ainda.

(36) Arq. Nac. da T. do T., Mercês D. João VI, Livro 10, f. 274 V.º e Chancelaria de D. João VI, Liv. 16, f. 19.

(37) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, Liv. 20, f. 198; Chancelaria D. João VI, Liv. 44 f. 183.

(38) Arq. Nac. da T. do T., Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 388, Liv. 8, f. 9-9 V.º.

(39) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, f. 11 V.º.

(40) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, f. 17 V.º.

(41) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, f. 62 V.º

Em vão o pobre mareante suplicou, depois de ter saído da prisão, em 1830, para ser reintegrado no cargo de escrivão encartado, mercê feita por D. João VI, como dissemos, por Decreto de 19 de Novembro de 1808 (42).

Baldados esforços. Cheio de desgosto, veio a morrer em 26 de Janeiro de 1851 e jaz sepultado à porta da Capela do Senhor dos Aflitos (43).

Ignoramos também a sua descendência.

João Domingues Lopes, foi outro tripulante do caïque. Ataíde não o cita. Sabemos, porém, que D. João VI lhe concedeu a mercê de Escrivão dos Orfãos da nova vila de Olhão, por Decreto de 18 de Novembro de 1808, de que tomou posse a 15 de Agosto de 1826 (44).

Por ironia da sorte, este *escrivão* também não sabia ler, motivo por que, pelo Decreto de 3 de Julho de 1826, foi também dispensado de habilitações e exame para tomar posse do dito ofício (45).

Em 1830, já velho, sucedia-lhe no cargo, por hereditariedade, seu filho, de nome Joaquim Tomé dos Reis Lopes (46).

Também não conhecemos os seus descendentes.

José Pires foi outro tripulante do caïque. A êle se não referiu Ataíde. No entanto sabemos que a sua lancha ficou igualmente isenta de pagar dízimo do pescado, por Decreto de 27 de Dezembro de 1808 e Alvará de 12 de Março de 1811 (47).

Como em 1824 se extinguiu o privilégio, êste

(42) Arq. Nac. da T. do T., Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 390, Liv. 17, fls. 93-94.

(43) Ataíde Oliveira, Ob. cit., pág. 256.

(44) Arq. Nac. da T. do T., Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 388, Liv. 8, fls. 9 V.º e 10.

(45) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, fl. 11.

(46) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, Maço 390, Liv. 17, fl. 76 V.º.

(47) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 16 fl. 39; Mercês D. João VI, Liv. 10, fl. 277.

valente pescador ficou também recebendo a pensão anual de 100\$000 réis (48).

Foi Guardião da Armada e, por sua morte, ficou a viuva, Maria da Costa, recebendo a pensão anual de 50\$000 réis (49).

Quando em 1935, ainda estudante, fomos a férias do Natal a Olhão, nossa querida terra, tivemos a boa fortuna de conhecer um dos netos dêste ousado tripulante do « Bom Sucesso»: o sr. Domingues Pires Calhau.

Foi com bastante entusiasmo que êste venerando octogenário nos contou o que ouvia dizer quando ainda criança, a sua avó, àcerca da viagem de avô ao Brasil.

E' curioso que êste nosso querido amigo se recorda, vagamente, de ter ouvido falar em 13 tripulantes, que representariam Cristo e os doze Apóstolos, na imaginação desta boa gente do mar.

Mas nós já dissemos que o « Telégrafo Portuguez », de 1809, regista « 17 Algarvenses ».

Com justificado orgulho e carinho, Domingos Calhau mostrou-nos o Alvará, já amarelecido, que isentava a lancha de seu avô de direitos de pesca, o qual, com uma desconjuntada e velha caixa do Brasil, constituem, para aquela família relíquias preciosas e autênticos títulos de nobreza, pois nem só o *sangue azul* nobilita mas também o valor, o heroísmo e o amor da Pátria, por mais humildes que sejam aqueles em cujo corpo se albergue a alma dum honrado pescador.

A propósito devemos dizer que Domingos Pires Calhau, digno herdeiro das arrojadas qualidades que distinguiram seu avô, é condecorado com a medalha de cobre do Instituto de Socorros a Náufragos.

E' que êste velho marítimo, que passou grande parte da vida nos Estados Unidos da América do

(48) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 44, fl. 184.

(49) Arq. Nac. da T. do T., Mercês D. Pedro IV, Liv. 3, fl. 76.

Norte, sendo dos primeiros olhanenses que para lá emigraram no século passado, salvou heróicamente a tripulação de uma canôa da pesca de Setúbal, quando, em 28 de Outubro de 1896, viajava ao largo daquele pôrto em direcção ao Algarve.

Este velho marinheiro é pai da sra. D. Maria Fernandes Pires Paixão, e tem já hoje numerosos netos.

José da Cruz Charrão a quem Ataíde não cita, foi outro dos tripulantes que, como os demais, foi também agraciado com uma lancha livre de pagamento de dízimo, pelo Decreto de 27 de Dezembro de 1808 e Alvará de 15 de Março de 1811 (50). Com a extinção de tal privilégio, foi-lhe também concedida a pensão de 100\$000 réis anuais (51).

Além desta mercê, foi nomeado « Meirinho do Tabaco » em Olhão, por Decreto de 19 de Novembro de 1808 e Alvará de 23 de Dezembro de 1824, percebendo 50\$000 réis anuais, ordenado igual ao do « Meirinho da superintendência do Tabaco do Reino do Algarve » (52).

José Charrão foi Mestre de Fragata. Di-lo o documento que, por sua morte, concedeu à viuva, Mónica Maria, a pensão anual de 50\$000 réis (53).

António da Cruz Charrão é um outro tripulante, citado já por Ataíde. Este, em 1906, recolheu da tradição que António da Cruz fôra Guardião da Armada, mas não lhe foi possível encontrar documentação que o comprovasse, nem ainda nos livros do registo pa-

(50) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 16, fl. 20 V.º; Mercês D. João VI, Liv. 10, fl. 276.

(51) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 44, fl. 183 V.º; Mercês D. João VI, Liv. 20, fl. 197 V.º.

(52) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 42, fl. 96; Mercês D. João VI, Liv. 19, fl. 232.

(53) Arq. Nac. da T. do T., Mercês D. Pedro IV, Liv. 3, fl. 76.

roquial, concluindo, por isso, que tenha perecido vítima dum naufrágio (54).

Contudo, podemos informar que êste arrojado pescador foi agraciado com a propriedade do «Ofício de Partidor do Judicial e Orfãos» da nova vila de Olhão, por Decreto de 7 de Fevereiro de 1827 (55).

Também, por não saber ler, se lhe concedeu dispensa de habilitações e exame pelos Decretos de 7 de Março e 3 de Maio do referido ano (56).

Pôde, além disso, nomear «pessoa hábil» que exercesse por êle essas funções (57).

António e José Charrão, eram, evidentemente pessoas da mesma família, de que ainda hoje existe o apelido. O primeiro sabemos nós ser o avô da veneranda octogenária D. Ana Gonçalves Farinheira, mãe do antigo administrador do Concelho de Olhão e nosso amigo, o sr. Domingos Gonçalves Farinheira.

A bondosa senhora, que nos estima desde criança, conta-nos, com bastante lucidez e memória, a odisseia de seu avô. Parece que António Charrão, como se tivessem esquecido de lhe distribuir as justas recompensas do seu valoroso feito, se meteu a bordo das naus de Lisboa e ao Rio voltou, reclamando justiça. D. João VI, que sempre apreciou os seus «Algarves» como bons remadores das galeotas reais, reteve ali o nosso homem por algum tempo, até que o deixou partir, dando-lhe satisfação ao seu protesto e enchendo-o de dinheiro e presentes. Parece ter trazido então um rico faqueiro de prata, cujo conteúdo foi depois distribuído, como recordação, pelas filhas do audaz e inteligente pescador.

(54) *Monografia do Concelho de Olhão*, pág. 252.

(55) Arq. Nac. da T. do T., Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 388, Liv. 8, fls. 21

(56) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, fl. 23.

(57) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, fl. 24 V.º.

Manuel Viegas. Aparece-nos citado por Ataíde como mais um dos tripulantes do caíque, pois figura nos livros de registo com a patente de Tenente e assim era conhecido. O autor da *Monografia* de Olhão apresenta-o como 2.º Tenente da Armada (58). Nada encontramos que o comprovasse.

De passagem diremos que deparamos com o nome de João da Fonseca Calhau, agraciado, em 1826, com a propriedade do «Ofício de Feitor, e recebedor da Portagem da vila de Olhão» pelos «...Serviços que em 1808 êle havia praticado na Restauração...» e com o ordenado de 100\$000 réis (59).

Creemos que, se não foi um dos tripulantes do «Bom Sucesso», foi mais um dos bravos que em Olhão se bateu contra o francês.

Joaquim Ribeiro, foi também ao Brasil. Ataíde diz-nos que lhe foi concedida «a patente de 2.º Tenente da Armada como se vê ainda do título da pensão que uma filha recebe» (60).

São netos, ainda vivos, dêste intrépido marinheiro, os nossos amigos srs. Lourenço do O' da Silva, prosador modesto que em tempos colaborou na imprensa algarvia, sob o pseudónimo de «João Capuz» (que nos recorda as belas páginas do nosso grande Eça), e Joaquim da Silva Vaz, pai dum nosso desditoso companheiro de infância.

Também êste ficou isento de pagar direitos do pescado de todo o peixe que a sua lancha apanhasse, por Decreto de 27 de Dezembro de 1808 e Alvará de 28 de Fevereiro de 1811 (61).

(58) Ob. cit., pág. 288.

(59) Arq. Nac. da T. do T., Mercês D. Pedro IV, Liv. I, fl. 1 V.º.

(60) Ob. cit., pág. 285.

(61) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 15 f. 330 V.º; Mercês D. João VI, Liv. 10, f. 277.

